

Gente da maré

Aspectos Ecológicos e Socioeconômicos
da Mariscagem no Nordeste Brasileiro

Gustavo Henrique Gonzaga da Silva
Joachim Carolsfeld
Alfredo Oliveira Gálvez

**GENTE DA MARÉ - ASPECTOS ECOLÓGICOS E SOCIOECONÔMICOS
DA MARISCAGEM NO NORDESTE BRASILEIRO**
GUSTAVO HENRIQUE GONZAGA DA SILVA - JOACHIM CAROLSFELD - ALFREDO OLIVEIRA GÁLVEZ

 EdUFERSA
Editores Universitários

 EdUFERSA
Editores Universitários

CAPÍTULO 13 - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS: CONTINUIDADE E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E RESULTADOS DO PROJETO GENTE DA MARÉ

Alison MACNAUGHTON

Joachim CAROLSFELD

Gustavo Gonzaga HENRY-SILVA



Fonte: Moura (2012).

Em março de 2011, foi realizado um evento em Brasília para apresentar os resultados principais do Projeto Gente da Maré (GDM) e definir as diretrizes estratégicas que venham a garantir a continuidade das ações. Esse evento contou com a participação das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura (SFPA's) dos Estados envolvidos, além de representantes das principais instituições parceiras, das marisqueiras e dos ostreicultores. O evento resultou na elaboração da Carta de Diretrizes Estratégicas. Essa Carta apresenta as principais recomendações metodológicas e programáticas para o desenvolvimento da maricultura e da mariscagem no Nordeste do Brasil, sendo que os seus principais encaminhamentos são:

- Garantir apoio para melhorar as condições de trabalho e reconhecimento dos direitos previdenciários das marisqueiras e dos ostreicultores familiares;
- Incorporar transversalidade de gênero na formulação de políticas públicas do setor;
- Desenvolver e aperfeiçoar as cadeias produtivas da mariscagem e da ostreicultura;
- Desenvolver produtos de valor agregado levando em consideração aspectos de sanidade;

- Consolidar informações biológicas, ecológicas e sociais para a implantação de iniciativas de gestão compartilhada dos recursos naturais;
- Promover técnicas participativas visando a construção de planos de gestão social de empreendimentos e estudos de viabilidade econômica; e
- Disseminar técnicas de cultivo e produção de sementes de moluscos no Nordeste.

Marcos processuais e metodológicos

Tendo em vista as necessidades específicas do desenvolvimento da pesca e da aquicultura de pequenas escalas, foram discutidos elementos processuais (i.e. conceitos metodológicos) do projeto GDM. Recomendamos que estes sejam integrados no desenvolvimento de futuros projetos, intervenções, articulações e capacitações interinstitucionais e intercomunitárias:

- a) O reconhecimento profissional e a visibilidade das marisqueiras foram marcos norteadores de todas as intervenções do Projeto GDM e, portanto, se tornaram fatores de suma importância na inclusão social e em seu empoderamento;

- b) A equidade de gênero como tema transversal nas ações do Projeto GDM ajudou a entender melhor as dinâmicas sociais existentes nas comunidades bem como a dificuldade de lidar com as diferenças regionais. Também mostrou que esta dimensão social tem impacto direto no andamento das ações do projeto;
- c) O desenvolvimento do trabalho coletivo continua sendo um desafio para uma categoria que tradicionalmente exerce sua atividade individualmente. O GDM evitou avaliar a organização social em função da presença ou não de pessoas jurídicas formalizadas (ex.: cooperativas, associações, etc.) e assim buscou entender a organização social existente, aumentando a probabilidade que a intervenção esteja de acordo com a realidade da comunidade;
- d) Uma característica importante no êxito do Projeto GDM foi sua flexibilidade e habilidade de se adaptar a contextos de realidades comunitárias diferentes, mantendo a dinâmica nos momentos críticos, buscando soluções fundamentadas no engajamento, formando alianças interinstitucionais e auxiliando na junção sociotecnológica das intervenções;
- e) A duração do Projeto GDM mostrou que, para intervenções sociais, é necessário um prazo de tempo maior do que

o prazo atual da maioria dos projetos. Metodologicamente, é fundamental pensar na continuidade das ações destes projetos;

f) A postura e a habilidade dos articuladores do GDM, alinhadas com a Política Territorial da Pesca e Aquicultura, conseguiram desencadear, de forma exitosa, uma construção colaborativa interinstitucional junto com as comunidades. Esse fator é importante e precisará ser contemplado nos futuros encaminhamentos; e

g) Saúde ocupacional, detectada no trabalho cotidiano da pescadora marisqueira, apareceu como uma política pública de interesse comum. Outras pautas de direitos humanos deverão ter o mesmo caráter aglutinador de comunidades e instituições. Essa aglutinação pode servir também para trabalhar assuntos mais polêmicos.

Encaminhamentos

1) Reconhecer e promover o caráter multiprodutivo das comunidades costeiras. Isto requer um trabalho integrado das Secretarias de Pesca e Aquicultura do MPA com as ações de

assistência técnica para garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades costeiras.

2) Continuar a articulação e o fortalecimento da Rede de Empreendimentos Populares da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar no Rio Grande do Norte. Este deve se integrar com as políticas do MPA através dos Territórios da Pesca e Aquicultura (TPA) e do Centro Integrado da Pesca Artesanal (CIPAR). O Projeto de Incubação do CIPAR de Areia Branca/RN apresenta uma oportunidade inédita para fortalecer os andamentos da Rede, bem como as gestões municipais de pesca. A participação dos representantes da Rede no TPA é também um elo estratégico de articulação e legitimidade deste movimento social.

3) Usar a Rede de Empreendimentos Populares como referência no desenvolvimento do modelo de gestão social dos CIPARs;

4) Continuar a abordagem de pesquisa-ação para desenvolver, junto com as comunidades, as técnicas de agregação de valor e sanidade aos produtos como também de saúde e segurança do(a) trabalhador(a), alinhadas à realidade local;

5) Incentivar a obtenção de selos, certificados e outros instrumentos para valorizar a comercialização de produtos

artesanais produzidos local e regionalmente pelos grupos e redes;

6) Fomentar ações de valorização da produção artesanal, socialmente justa e ambientalmente correta;

7) Desenvolver metodologias para implementar um modelo socioambiental para a aquicultura, especialmente no que se refere ao (re)povoamento e/ou manejo de bancos naturais de marisco, inclusive desenvolvendo a cessão de águas públicas da união em áreas entre marés, como praias e manguezais, para o cultivo comunitário;

8) Desenvolver modelos de plantas de beneficiamento certificáveis que garantam a manipulação de mariscos e ostras em pequena escala, compatíveis com as realidades locais e que possam ser implementados em vários lugares no país.

9) Exigir a elaboração do estudo de viabilidade econômico-participativo e de modelos de gestão social como pré-requisitos da aprovação dos empreendimentos comunitários;

10) Garantir a continuidade da iniciativa multi-institucional (MPA, MTE, MS, MPrev) de saúde no trabalho da pescadora marisqueira. Sugere-se a articulação federativa (União, Estados e Municípios) como modelo de desenvolvimento deste

programa, com o objetivo de inserir o eixo da saúde do trabalhador dentro da política nacional da pesca e aquicultura. A meta, em médio e longo prazos, é a criação de um Centro de Estudos dos Impactos na Saúde do(a) Trabalhador(a) da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar no Brasil.

11) Disseminar a experiência na área da saúde da pescadora marisqueira, desencadeada no Estado de Pernambuco, para catalisar os processos de reconhecimento dos Direitos Universais do(a) pescador(a) e das marisqueiras com as Superintendências do MPA do Norte e Nordeste, em colaboração com os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) estaduais e regionais, Fundacentros e Superintendências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

12) Fortalecer as alianças interinstitucionais (governo-academia-comunidade) da Rede de Produtores Ostreicultores Familiares da Bahia servindo como referência para outras regiões na elaboração e gestão de projetos comunitários.

13) Fomentar o desenvolvimento de cultivo comunitário de ostras em Pernambuco, levando em conta as experiências do GDM, com foco nos elementos de sucesso da Bahia, tais como construção participativa, intercâmbios regionais, gestão compartilhada do projeto e integração intercomunitária

em rede; e do Pará, via assistência técnica continuada, evitando erros cometidos no passado.

Propõe-se que os marcos metodológicos e encaminhamentos citados acima sirvam tanto para garantir a continuidade das ações desenvolvidas no Projeto GDM e a elaboração de diretrizes de engajamento do MPA, junto com as instituições parceiras e as comunidades costeiras.

Rio Grande do Norte

Reconhecendo os avanços conseguidos no período do Projeto GDM, juntos aos vários parceiros e projetos aliados, em prol de melhoria de vida e sustentabilidade da mariscagem, bem como o desenvolvimento de comunidades costeiras, o grupo do Rio Grande do Norte destacou os seguintes resultados do Projeto GDM:

- Visibilidade da(o)s marisqueira(o)s em busca de reconhecimento de direitos e da cidadania;
- Melhoria nos trabalhos associativos gerando benefícios comunitários e individuais;
- Fortalecimento das parcerias e articulações interinstitucionais;

- Criação da Rede de Empreendimentos Populares da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar.

Identificamos os seguintes elementos processuais que contribuíram no alcance destes resultados:

- Realização de oficinas temáticas de relações de gênero e de empoderamento;
- Realização de intercâmbios comunitários;
- Articulação interinstitucional intensa e flexível.

Em função dos itens considerados acima, propomos as seguintes estratégias para fortalecer e dar continuidade às ações desenvolvidas no Rio Grande do Norte:

- Promover nos Territórios de Pesca a definição de políticas públicas relacionadas à saúde ocupacional e aos direitos previdenciários na pesca e mariscagem, incluindo infraestrutura adequada, equipamentos de proteção individual (EPI) e articulação interinstitucional com órgãos de competência na saúde pública;
- Incentivar a organização e a associação de grupos comunitários de pescadores e marisqueiras nas comunidades pesqueiras por meio de assessoria técnica, políticas públicas e

editais para fortalecer sua representação nos diversos fóruns estabelecidos e em outros a serem criados, garantindo a equidade de gênero;

- Considerar todas as experiências desenvolvidas no DCC e GDM para que os recursos públicos sejam aplicados preferencialmente nas prioridades e diretrizes indicadas por estes projetos;

- Articulação interinstitucional para criação de banco de projetos, de maneira que os projetos voltados aos pescadores e marisqueiras sejam discutidos nos Territórios da Pesca e estejam disponíveis para financiamento e implantação;

- Promover nos Territórios da Pesca e o CIPAR a definição de políticas públicas e ações para desenvolver as comunidades costeiras e fomentar a sustentabilidade da pesca e marisqueira em todas as suas dimensões, isto é, social, cultural, ecológica e econômica;

- Considerar os diversos usos do território e adequação ambiental e social no caso de projetos de aquicultura;

- Considerar os estudos participativos de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática como parte integrante do processo de planejamento, implantação e avaliação de projetos;

- Reconhecer as diferenças entre as realidades e tempo das instituições e comunidades na construção de editais e projetos e custear a elaboração de pré-projetos (projetos semente).

Pernambuco

Reconhecendo os avanços conseguidos no período do Projeto GDM, juntos aos vários parceiros e projetos aliados, em prol de melhoria de vida e sustentabilidade da mariscagem, bem como o desenvolvimento de comunidades costeiras, foram destacados os seguintes fatores que contribuíram para o sucesso do Projeto:

- Construção coletiva das ações entre comunidade(s) e instituições, criação de espaços de diálogo multidisciplinar, visando a efetiva colaboração interinstitucional/interministerial;
- Reconhecimento dos agravos relacionados ao trabalho da mariscagem como marco central do projeto.
- Contribuição à valorização da atividade de mariscagem junto a sociedade e instituições.
- Participação da comunidade na construção das ações e disseminação de forma devolutiva dos resultados obtidos pelo Projeto para a comunidade;

- Tratamento multidisciplinar das questões abordadas com a agregação de conhecimentos entre as diferentes etapas do projeto.
- Metodologia de implementação e de gestão adaptativa desenvolvida em função das necessidades da comunidade, vinculando objetivos sociais, ambientais, econômicos e tecnológicos tanto para pesca artesanal como cultivo familiar;
- Vinculação dos orçamentos plurianuais (PPAs) às ações programadas pelo GDM;
- Construção de níveis de confiança e aproximação entre instituições e comunidade(s) por meio da realização de pesquisas, extensão, e intercâmbios entre pares, integrando saberes tradicionais e técnicos.

Eixo 1. Promoção da SAÚDE e da segurança no trabalho da mariscagem

Fundamentos da Continuidade

- Relação entre a saúde do trabalhador e produtividade é direta. Quanto melhor a condição do trabalho, melhor será sua produção, rentabilidade e qualidade de vida.

- As condições atuais de trabalho apresentam riscos à saúde da(o) marisqueira(o) em decorrência do seu meio ambiente, organização e condições do trabalho.

Recomendações

- Garantir que todas as intervenções sejam participativas.

Garantir recursos para promover o desenvolvimento de tecnologias para o processo produtivo da mariscagem.

- Criar um GT Interministerial (com representações federativas) para implementar as seguintes ações: Instaurar um Plano Anual de Trabalho Interinstitucional (PATI) para integrar as ações das seguintes instituições: MPA (Superintendência com Territórios da Pesca), MS (GEAST, CEREST e SUS), MPREV (Superintendências do INSS), MTE (FUNDACENTRO) e instituições de pesquisas (universidades etc).
- Desenvolver um ciclo de capacitações comunitárias sobre o tema da saúde no trabalho da mariscagem.
- Construir o perfil de saúde dos trabalhadores da mariscagem, objetivando o diagnóstico e conclusão donexo causal, tratamento, e reabilitação.
- Implantar centro de tecnologias para pesca artesanal contemplando a geração e a transmissão de conhecimentos em

gestão e processo produtivo abordando transversalmente a saúde do trabalhador, com foco inicial na mariscagem.

- Desenvolver e identificar equipamentos de proteção individual bem como soluções tecnológicas alternativas para prevenir doenças de trabalho.
- Difundir o processo desencadeado em Pernambuco e compartilhar com outras superintendências do MPA bem como com outras instituições no Nordeste (Superintendências do INSS, CEREST, SUS, Colônias e Associações).

Eixo 2: Tecnologias de Produção e Co-manejo

Fundamentos da Continuidade

- Melhorias da cadeia produtiva, levando em consideração a unidade familiar, realidade socioeconômica local, a sanidade e qualidade do produto.
- Tecnologias de reprodução desenvolvidas para marisco e ostra.
- Elos consolidados da colaboração inter-regional, interinstitucional e multidisciplinar para subsidiar a aplicação das próximas ações e programas de desenvolvimento.

Recomendações

- Fomentar a produção científica e treinamento de recursos humanos com potencial de subsidiar os próximos passos de pesquisa e intervenção tecnológica e social.
- Desenvolver modelos de dinâmica populacional e recrutamento bem como estudos socioeconômicos e ecológicos para subsidiar o manejo comunitário sustentável.
- Implementar monitoramento ambiental contínuo dos estuários e ambientes de extração e cultivo.
- Aprofundar estudos e projetos participativos e multidisciplinares para fortalecer o arcabouço institucional e legal da cadeia produtiva sustentável da mariscagem, visando o fortalecimento do papel dos governos municipal e estadual e participação das colônias e associações da categoria.
- Fomentar estratégias de beneficiamento do marisco considerando modelos de gestão social, qualidade, conformidade e sanidade do produto.
- Consolidar canais de comercialização por meio de estratégias regionais de desenvolvimento incluindo turismo sustentável, mercados institucionais (aquisição direta), etc.

- Integrar as ações de produção, co-manejo e a gestão das unidades de conservação, em especial a RESEX Acaú-Goiana.
- Criação do Programa interinstitucional e interdisciplinar de desenvolvimento de aquicultura familiar e pesca artesanal (com foco no marisco e ostra).
- Implementação de cultivo piloto de ostras, tendo como as aprendizagens sociais e tecnológicas do GDM e tendo como foco a continuidade e futura reaplicabilidade das experiências e aprendizagens nas comunidades costeiras.

BAHIA - Rede de Ostreicultores Familiares

A Rede de Ostreicultores Familiares da Bahia, formada por 12 comunidades das regiões do Recôncavo, Baixo Sul e Baía de Todos os Santos e representada por mais de 70 famílias de ostreicultores, menciona os seguintes aspectos para a continuidade das ações iniciadas com o Projeto GDM:

- 1) Respeitar a construção coletiva e a gestão compartilhada da Rede conhecendo, entendendo e se adaptando às demandas das comunidades, apresentadas pela Rede, configurando o modelo de trabalho de baixo para cima.

2) Promover intercâmbios intermunicipais (internos), interestaduais (externos) e internacionais entre os produtores comunitários com a finalidade de captar, transferir, disseminar conhecimentos e experiências que contribuam para o desenvolvimento local das comunidades.

3) Inserir como pré-requisito à aprovação de qualquer projeto a elaboração PARTICIPATIVA do Estudo de Viabilidade Econômica e Gestão Social dos empreendimentos.

Com esta abordagem, identificamos as seguintes estratégias prioritárias com acompanhamento da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura (Bahia):

a) Promover e sensibilizar as comunidades e órgãos responsáveis sobre o tema da saúde no trabalho das marisqueiras, com objetivo de garantir o direito previdenciário, prevenir as doenças e reduzir os riscos à saúde por meio de Equipamentos de Proteção Individual (ex.: Kit-marisqueira), melhorias na qualidade/sanidade do produto e por meio de iniciativas de prevenção;

b) Retomar de forma transparente e inclusiva junto com a Rede o processo de discussão e construção do projeto da Unidade de Depuração (MPA/Bahia Pesca), bem como do Programa Nacional da Sanidade de Moluscos, respeitando as

comunidades conforme as exigências apresentadas na Carta Aberta assinada pelos integrantes da Rede em Dezembro de 2010 em Taperoá.

c) Fomentar o aumento da produção das ostras nas comunidades da Rede por meio de investimentos públicos, bem como garantir assistência técnica aos ostreicultores familiares.

